



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE OUTUBRO DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Deliberação n.ºs 12 e 13/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 328 a 341/XVI/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 389 e 390 a 395/XVI/1.ª, bem como do Inquérito Parlamentar n.º 8/XVI/1.ª.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato e substituição de um Deputado do PCP.

Procedeu-se ao debate preparatório do Conselho Europeu com a participação do Primeiro-Ministro (Luís

Montenegro), previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia.

Depois de o Primeiro-Ministro ter aberto o debate, intervieram, para fazer perguntas, os Deputados [Regina Bastos](#) e [Ricardo Carvalho](#) (PSD), [Manuel Pizarro](#) e [João](#)

[Paulo Rebelo](#) (PS), [Ricardo Dias Pinto](#) e [António Pinto Pereira](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN), a que o Primeiro-Ministro, posteriormente, respondeu.

O Presidente encerrou a sessão eram 10 horas e 26 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, está aberta a sessão.

Eram 9 horas.

Peço às autoridades o favor de abrirem as galerias ao público que deseja assistir à nossa sessão.

Entretanto, peço-lhe, Sr. Secretário da Mesa Jorge Paulo Oliveira, que leia o expediente, antes do início do debate.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Muito obrigado, Sr. Presidente, bom dia a todos.

Queria informar a Câmara de que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, as seguintes iniciativas: os Projetos de Deliberação n.ºs [12/XVI/1.ª](#) (L) — Sessão evocativa dos 50 anos da universalização do direito das mulheres ao voto em Portugal, e [13/XVI/1.ª](#) (PAR) — Fixa a composição, distribuição e elenco dos Grupos Parlamentares de Amizade na XVI Legislatura.

Deram também entrada na Mesa os Projetos de Lei n.ºs [328/XV/1.ª](#) (PS) — Estabelece o regime jurídico dos estudantes com necessidades educativas específicas no ensino superior, [329/XVI/1.ª](#) (BE) — Isenção de custas processuais aos profissionais da escola pública e do Serviço Nacional de Saúde, [330/XVII/1.ª](#) (BE) — Promove uma escola sem ecrãs de *smartphones* nos primeiros níveis de ensino, alterando a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, [331/XVI/1.ª](#) (BE) — Alteração do período para a dedução de prejuízos fiscais, [332/XVII/1.ª](#) (L) — Garante a realização e difusão de reuniões dos órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais através de meios de comunicação à distância, [333/XVI/1.ª](#) (L) — Promove medidas para combate à violência em contexto escolar, [334/XVI/1.ª](#) (PAN) — Altera o regime jurídico das autarquias locais, [335/XVI/1.ª](#) (PAN) — Assegura a institucionalização das assembleias municipais jovens, procedendo à alteração do regime jurídico das autarquias locais, [336/XVI/1.ª](#) (PAN) — Afirma as escolas como um espaço seguro livre de todas as formas de discriminação, alterando a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, [337/XVI/1.ª](#) (PAN) — Cria uma rede de serviços de psicologia nas escolas públicas e instituições de ensino superior e uma linha telefónica de apoio no ensino superior, [338/XVI/1.ª](#) (PAN) — Promove o uso saudável de tecnologias nas escolas, alterando a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, e o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, [339/XVI/1.ª](#) (PAN) — Consagra a obrigatoriedade de transmissão *online* das reuniões de órgãos autárquicos de realização pública obrigatória, alterando o regime jurídico das autarquias locais, [340/XVI/1.ª](#) (CH) — Procede à 13.ª alteração da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, de forma a promover a transmissão das reuniões públicas dos órgãos autárquicos, e [341/XVI/1.ª](#) (L) — Regulamenta o estatuto do apátrida, o procedimento para a sua determinação e o procedimento especial de obtenção da nacionalidade.

Refiro também os Projetos de Resolução n.ºs [389/XVI/1.ª](#) (PCP) — Medidas de prevenção e combate à violência nas escolas, [390/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de combate à violência e ao consumo de droga no meio escolar, [391/XVI/1.ª](#) (L) — Por melhores condições para brincar e para estar na escola, [392/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda um conjunto de medidas com vista à regulamentação do uso de telemóveis nas escolas e sensibilização para o impacto dos ecrãs no desenvolvimento infantil, [393/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo medidas de promoção da segurança e combate à discriminação nas escolas, [394/XVI/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República aos Países Baixos, [395/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a aprovação e implementação de um plano nacional de ação para os cuidados de longa duração.

Por fim, deu ainda entrada na Mesa o Inquérito Parlamentar n.º [8/XVI/1.ª](#) (IL) — Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à tutela política da gestão do Grupo EFACEC.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos ainda um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, que vai ser lido.

Tem a palavra o Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados é o seguinte: «A suspensão do mandato requerida pelo Deputado Paulo Alexandre Cantigas Raimundo, do círculo eleitoral de Lisboa, com efeitos a partir do dia 15 de outubro de

2024 e até ao dia 28 de outubro de 2024, inclusive, cumpre os requisitos legais, sendo substituído por Tânia Cristina Mateus Costa, do círculo eleitoral de Lisboa, com efeitos a partir do dia 15 de outubro de 2024 e até ao dia 28 de outubro de 2024, inclusive.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer que acabou de ser lido.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PAN.

Estamos agora em condições de começar o nosso debate preparatório do Conselho Europeu com a participação do Primeiro-Ministro, previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia.

Como sabem, foi combinado ontem, entre todos os grupos parlamentares e o Governo, que o Sr. Primeiro-Ministro faria a intervenção inicial, a que se seguiriam todas as perguntas, e, no final, haveria a resposta conjunta a todas as questões que forem colocadas.

Vou, então, dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, para a intervenção inicial, dispondo para o efeito de 8 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero, em primeiro lugar, agradecer a colaboração da Assembleia relativamente ao modelo de debate que vamos seguir, que se adequa à gestão das disponibilidades, de forma a não prejudicar a nossa participação em todos os momentos do Conselho Europeu e também do Conselho de Cooperação do Golfo.

Este Conselho Europeu de 17 e de 18 de outubro insere-se, como sabemos, num novo ciclo institucional europeu, depois de o Parlamento Europeu ter assumido funções, na sequência das últimas eleições de junho passado — esta será a última reunião com o atual Presidente do Conselho —, e também numa circunstância em que a Comissão está em transição para um novo Colégio de Comissários.

Como sabemos, o Conselho será doravante presidido por António Costa e a nossa participação no Colégio de Comissários será assegurada pela Dr.^a Maria Luísa Albuquerque. Quero aqui, desde já, sublinhar a atribuição do pelouro dos Serviços Financeiros e da União de Poupança e Investimento à comissária portuguesa designada e, por via disso, quero dizer que temas tão relevantes como a competitividade, o crescimento económico, que estão no centro da agenda europeia para este novo ciclo, têm, na nossa indicação para comissária, um reconhecimento ao nível daquilo que pode ser a participação de Portugal neste importante dossiê.

Sabemos que esta reunião ocorre num quadro geopolítico e securitário internacional muito desafiante e incerto, porquanto, entre outros desafios, temos à nossa porta dois conflitos — na Ucrânia e no Médio Oriente —, cujo efeito nunca saberemos até que ponto pode condicionar-nos, do ponto de vista da União e do ponto de vista de cada um dos Estados-Membros, nos próximos anos.

A agenda inclui, como sabem, a questão do Médio Oriente, a questão da Ucrânia, a questão da competitividade da economia europeia e também a questão das migrações, sendo que, por parte do Governo português, temos vindo a contribuir para todos estes temas.

Desde logo, na situação do Líbano, como sabem, tivemos a ocasião de proceder à evacuação célere dos cidadãos nacionais que requereram ajuda para sair daquele território e de fazer o acompanhamento de todos os seus familiares. Quero, nesta ocasião, agradecer a colaboração e o serviço, mais uma vez, insubstituível das nossas Forças Armadas.

Por outro lado, o recente agravamento das hostilidades no Líbano e o ataque militar do Irão contra Israel, que condenamos veementemente, são efetivamente muito preocupantes. Nós condenamos, igualmente, o desrespeito pelas vidas de civis inocentes e consideramos inaceitáveis os incidentes que têm provocado o ferimento de capacetes azuis nas missões das Nações Unidas no Líbano.

Condenamos igualmente o uso excessivo da força por parte de Israel em Gaza, a expansão dos colonatos na Cisjordânia, bem como a posição injustificada do Governo israelita face ao Secretário-Geral das Nações Unidas, considerando-o *persona non grata*.

É urgente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, inverter a escalada de tensões e a banalização da violência neste território. Continuamos a defender um acordo de cessar-fogo imediato e permanente, para melhorar a distribuição da

ajuda humanitária, a libertação de reféns, bem como o apoio à Autoridade Palestiniana para a solução dos dois Estados, que sempre preconizámos.

Quanto à Ucrânia, renovaremos o compromisso de apoio inabalável da União Europeia ao Governo e ao povo ucranianos em todas as suas dimensões, em linha com o acordo bilateral em matéria de segurança, que subscrevemos com a Ucrânia, quando tivemos a presença do Presidente Zelensky em Portugal, e também a nível europeu e a nível da Aliança Atlântica.

No que se refere à competitividade europeia, teremos mais uma troca de posições e de impressões em relação ao conteúdo dos relatórios Letta e Draghi sobre o futuro do mercado interno e sobre a competitividade europeia.

Diria que, tal como no plano nacional, no plano europeu, a competitividade não é apenas um desafio e um desígnio económico; é uma condição imprescindível para que possamos continuar a atingir objetivos estratégicos comuns, desde logo, a preservação do Estado social e do modelo social europeu, a transição climática, a transição energética, uma resposta eficiente aos desafios da demografia e o desenvolvimento sustentável das nossas sociedades em benefício de cada um dos cidadãos e das regiões de todos os Estados-Membros.

Sem competitividade económica, a Europa perderá relevância e não conseguirá assegurar e salvaguardar o bem-estar e a prosperidade que todos ambicionamos.

Em particular, nesta ocasião, o relatório Draghi aponta dois grandes desafios: a necessidade de uma estratégia de competitividade, olhando para aqueles que são os desafios no contexto global, internacional; e a necessidade de ultrapassar, neste objetivo, aquilo que tem sido identificado como graves carências do ponto de vista do investimento em setores estratégicos e, de alguma maneira, na prossecução de maior autonomia económica a vários níveis na Europa e em cada um dos Estados-Membros.

Eu diria que este é um objetivo europeu e é um objetivo nacional. Desse ponto de vista, a política interna e a política europeia estarão ainda mais interligadas nos próximos anos.

Para este efeito, é necessário que, a nível europeu, consigamos assegurar um volume de investimento anual, que estimamos andar na casa dos 750 a 800 mil milhões de euros por ano. Esta magnitude de investimento transporta-nos para a necessidade de reforçarmos os mecanismos de financiamento, seja os dos Estados-Membros, seja os de financiamento privado.

É intenção do Governo português estar na linha da frente deste debate sobre as fontes de financiamento e, naturalmente, também no debate sobre um quadro financeiro plurianual que possa conjugar-se com os interesses de Portugal, com os interesses de prosseguirmos, entre outras, políticas de coesão, que são uma necessidade, como sabem, do nosso País.

Quero, por isso, reiterar, perante a Assembleia da República, que a nossa participação será uma participação efetiva e, cremos mesmo, liderante nesta discussão, que é absolutamente crucial para o futuro do País. Desse ponto de vista, contamos também, naturalmente, com as contribuições que o Parlamento nos possa dar.

Por último, sobre migrações, quero dizer que continuaremos a defender um modelo preventivo, com uma aposta forte no reforço das parcerias com os países de origem dos migrantes, de forma a combater a migração irregular e, sobretudo, a proporcionar condições de dignidade na integração e no acolhimento dos imigrantes.

A Europa precisa de lidar com este fenómeno e precisa de o fazer com sentido de responsabilidade. Nós manteremos na Europa aquilo que já fazemos em Portugal: a dignidade da pessoa, acima de tudo, e a conjugação dos interesses em causa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Como os Srs. Deputados devem ter reparado, mudámos hoje, de forma experimental, o som do toque que avisa quando o tempo de intervenção está a terminar, para que fosse mais suave, não se deixando, como é óbvio, de ouvir, mas tornando-se mais agradável no ambiente do nosso Plenário.

Para fazer perguntas ao Governo, vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Regina Bastos, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, que dispõe de 8 minutos.

A Sr.^a **Regina Bastos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Começa mais um Conselho Europeu, e continuamos a viver, na Europa, com a guerra da Rússia contra a Ucrânia, a crise de segurança mais grave desde a II Guerra Mundial.

É a segurança da Europa que se joga nesta guerra, não temos dúvidas disso. São os valores fundacionais da União Europeia que a Rússia pretende destruir com esta invasão ilegítima, para além da vontade de aniquilar a integridade territorial, a identidade e a cultura do povo ucraniano.

Sabemos isso e sabemos, também, que a União tudo fará e tudo tem feito para que a Ucrânia vença. Relembramos, com orgulho, o acordo que o Sr. Primeiro-Ministro assinou por ocasião da visita do Presidente Zelensky, em maio passado, que prevê uma ajuda de 126 milhões de euros, a par de apoio diplomático, na reconstrução do país.

A União e Portugal estiveram, e estão, do lado certo, com toda a solidariedade, através das ajudas humanitária, económica, financeira e militar.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Regina Bastos** (PSD): — E continuarão a fazê-lo, pelo tempo que for necessário.

Apesar da guerra, a Ucrânia e o povo ucraniano têm a ambição de pertencer à União, ambição que apoiamos com entusiasmo e solidariedade.

Quais são, na perspetiva do Sr. Primeiro-Ministro, os maiores obstáculos que se antevêm para o avanço deste processo de adesão, e como pretende o Governo apoiar Kiev neste caminho?

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Regina Bastos** (PSD): — Se é certo que a Rússia tornou o mundo mais conflituoso, mais perigoso e mais incerto, a guerra no Médio Oriente, que a União tem vindo a acompanhar desde os terríveis ataques terroristas do Hamas contra Israel há um ano, veio carregar ainda mais de instabilidade e incerteza o mundo.

Condenamos todas as guerras, quaisquer que elas sejam, e lamentamos as perdas de vidas civis. A União tem feito sucessivos apelos a Israel, ao Irão, ao Líbano e aos terroristas do Hamas e do Hezbollah, a todas as partes envolvidas, para o fim da escalada de violência e para o respeito pelo direito internacional humanitário.

A União quer contribuir para evitar um perigoso conflito regional, e isto é muito claro.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Regina Bastos** (PSD): — Sabemos que o Governo apoia a solução dos dois Estados, como o Sr. Primeiro-Ministro afirmou há pouco: o Estado de Israel e o Estado da Palestina. Sr. Primeiro-Ministro, de que forma? Quais as condições? Com que calendário?

É importante lembrar que somos, a União e os 27, dos principais doadores mundiais de ajuda humanitária, inclusive ao povo palestino. A ajuda humanitária e as organizações que a prestam honram propósitos nobres de defesa de vidas e salvaguarda de dignidade humana. Sr. Primeiro-Ministro, considera que a guerra no Médio Oriente pode afetar a ajuda à Ucrânia?

Quanto às migrações, em maio, foi adotado o Pacto de Migração e Asilo. Recentemente, o Sr. Ministro Leitão Amaro defendeu, perante esta Assembleia, uma política de migração humanista e regulada e anunciou 25 milhões de euros para o controlo de fronteiras externas. Pergunto: as medidas do Governo estão em linha com este espírito?

Finalmente, a situação na Venezuela preocupa-nos muito: preocupa-nos a opacidade de Nicolás Maduro, a falta de transparência do seu regime e as fundadas suspeitas de falseamento dos resultados eleitorais. A par disso, temos a enorme preocupação de garantir a proteção da nossa comunidade lá radicada. Que medidas estão a ser, ou vão ser, tomadas, no âmbito deste próximo Conselho Europeu, que acautelem esta dupla frente de situações e receios?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para fazer perguntas ao Governo, o Sr. Deputado Ricardo Carvalho, do Grupo Parlamentar do PSD, que dispõe de 3 minutos e 46 segundos.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Caros Deputados: Enfrentamos hoje desafios consideráveis, tanto a nível económico como a nível geopolítico. A União Europeia tem de estar empenhada em atuar de forma decisiva para assegurar a sua competitividade, a sua prosperidade e a sua liderança na cena mundial. Urge, por isso, reforçar a sua competitividade a longo prazo e melhorar o bem-estar económico e social dos cidadãos.

Na Agenda Estratégica 2024-2029, os dirigentes europeus chegaram a acordo, recentemente, sobre a necessidade de um novo pacto para a competitividade, assente no mercado único, plenamente integrado, de forma a evitar que a Europa se torne num deserto industrial relativamente aos Estados Unidos e à China.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Neste contexto, reveste-se de importância fundamental o investimento e o acesso ao capital, a par da necessidade de a União Europeia reduzir as suas dependências estratégicas em setores como a agricultura, a energia, o digital e a defesa.

Neste sentido, é nossa convicção que o relatório Letta e o relatório Draghi chegam em boa hora, porque fazem o diagnóstico factual de uma Europa que tem perdido competitividade e liderança.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — É um grito de alerta que acompanhamos, no PSD, mas também uma oportunidade para a União Europeia e para Portugal.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, segundo Draghi, e cito, «a competitividade europeia ficou sujeita, nas últimas décadas, a uma série de barreiras estruturais, como o atraso na capacidade de inovação, o aumento dos preços da energia, o défice de competências e a necessidade de acelerar a digitalização e de reforçar as capacidades de defesa comuns da Europa».

Não podemos, pois, deixar de sublinhar que a competitividade económica e social de um país depende não só da valorização dos seus cidadãos e do valor criado pelas suas empresas, mas também das condições de criação de riqueza que o Estado proporciona. É importante aumentar a escala, crescer, e cuidar também das nossas pequenas e médias empresas.

Sr. Primeiro-Ministro, neste contexto em que será necessário mais capital, mais investimento, como é que o Governo olha para novas formas de financiamento, sem que haja um comprometimento das verbas da Política Agrícola Comum e da Política de Coesão, tão importantes para Portugal? E como vê o Sr. Primeiro-Ministro o desafio da união bancária e do mercado único como solução adicional para o crescimento e competitividade europeia?

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, o Semestre Europeu permite aos Estados-Membros da União coordenarem as suas políticas económicas, orçamentais e de emprego durante todo o ano e darem resposta aos desafios económicos que se colocam à União Europeia. A Comissão apresenta também, a cada país, um conjunto de propostas e recomendações específicas, com orientações políticas sobre a forma de impulsionar o emprego e o crescimento, mantendo, simultaneamente, a solidez das contas públicas.

Recomenda-se a Portugal que preserve o investimento público, financiado a nível nacional, e que assegure a execução das verbas do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e da Coesão.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, neste contexto, como prevê o Governo acelerar a execução das verbas da Coesão e do PRR, depois de uma *performance* tão fraca herdada do último Governo socialista?

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros e Srs. Deputados, ainda sobre as recomendações específicas por país, pode ler-se, em relação a Portugal, que a população portuguesa em idade ativa deve diminuir aproximadamente um milhão, a médio prazo, principalmente devido à redução da imigração líquida e às baixas taxas de fertilidade.

Esta é, de facto, uma situação que coloca em causa o sistema público de pensões em Portugal e que não nos pode deixar indiferentes, pela sua importância e gravidade. Não houve, por parte dos Governos socialistas, uma estratégia comum para incrementar a natalidade, assim como não existiu uma política de imigração que garantisse um fluxo organizado de pessoas, de forma a ser sustentável para quem escolhe a Europa e Portugal para viver.

Sr. Primeiro-Ministro, considera, neste contexto preocupante, que é imperativo reforçar a nossa abordagem...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Manuel Pizarro, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra para inquirir o Governo, dispondo de 8 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É melhor falar da Europa do que de saúde!

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero começar por dizer que acompanhamos a visão que o Sr. Primeiro-Ministro aqui trouxe sobre o tema da competitividade no contexto da União Europeia. Parece-nos que esse é um tema central e ficamos agradados por esse regresso do PSD a uma visão progressista sobre o futuro da nossa União.

É importante relevar que o que está em causa na implementação das recomendações dos relatórios Letta e Draghi é, seguramente, o tema do financiamento, de como vai ser possível, num contexto orçamental que é conhecido e num contexto de dificuldade no quadro internacional, nomeadamente devido à guerra da Ucrânia e à situação do Médio Oriente, reunir os meios financeiros que permitam à Europa representar esse papel de reindustrialização, ligando o progresso económico à valorização e à evolução do modelo social europeu, que é essencial e de que tanto nos orgulhamos.

Essa é a questão: a de saber qual é a visão que o Governo português tem para o tema dos recursos próprios da União Europeia. O NextGenerationEU prova que, ao contrário do que nos disseram durante anos e anos, é possível encontrar recursos alternativos. Gostava de ouvir a posição do Governo português sobre esta questão dos recursos alternativos. É sabido que o Partido Socialista defende há muitos anos a criação de mecanismos de financiamento próprio da União Europeia que permitam esses recursos, e julgo que passa por aqui uma parte da resposta a esta questão.

Quero também dizer que saudamos o facto de o Governo manter o empenho no Pilar Europeu dos Direitos Sociais e o seu compromisso com o Fórum Social do Porto, já em maio de 2025.

Mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar de estranhar — e gostava de o ouvir a esse respeito — a total ausência de referências, nas prioridades portuguesas, à União Europeia da Saúde. A União Europeia da Saúde, prometida por Ursula von der Leyen, parece-nos uma resposta essencial, absolutamente decisiva para garantir a sustentabilidade do sistema de saúde e a resposta a futuros eventos no quadro transnacional, bem como àquilo que nos está a acontecer hoje, com as doenças crónicas não transmissíveis a terem um peso gigantesco no sistema de saúde de todos os países europeus, incluindo o português. Temo que isso também sinalize uma desistência desta União Europeia da Saúde, talvez à espera de uma próxima pandemia que nos faça compreender que a resposta aos temas da saúde não pode ficar apenas confinada aos espaços nacionais.

Finalmente, queria relacionar tudo isto com a gravíssima situação da guerra causada pela invasão russa da Ucrânia. O que está em causa, na Ucrânia, é a defesa da nossa visão do mundo, do direito internacional, da inviolabilidade das fronteiras, da liberdade, da democracia, de uma forma ocidental de ver o mundo, contra a ameaça do expansionismo russo — quase queria dizer do expansionismo soviético, que é mesmo o que parece.

Verdadeiramente, é essencial a manutenção da solidariedade europeia para com o povo ucraniano, de forma que se encontre uma solução de paz, mas essa paz não pode significar uma rendição e um abandono dos ucranianos e dos valores que defendemos. A questão que se coloca, digo eu, é a de saber como é que

garantimos a manutenção e o reforço desse apoio, sem pôr em causa as políticas de coesão, a Política Agrícola Comum e a visão de aumento do investimento necessário para alargar a nossa competitividade. É que aí corremos, uma vez mais, o risco de uma parte dos europeus se divorciarem desta causa, se perceberem que esta causa é feita à custa do financiamento de um conjunto de políticas que são absolutamente essenciais para que nos continuemos a afirmar no plano internacional.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para inquirir o Governo, o Sr. Deputado João Paulo Rebelo, do Partido Socialista, que dispõe de 4 minutos e 3 segundos.

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: Quero dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que já no passado mês de junho, em vésperas do anterior Conselho Europeu, a agenda continha um tema que esta agenda refere também, que é a crise, a situação, do Médio Oriente.

Sr. Primeiro-Ministro, já na altura, as conclusões do Conselho incluíam palavras que se reiteram e que já conhecemos bem, sejam de condenação, sejam de preocupação ou de solidariedade para com as vítimas. Mas a verdade é que, quatro meses volvidos, a situação agravou-se de forma muito, mas mesmo muito preocupante.

O que é que aconteceu desde então? Do nosso ponto de vista, foram ultrapassados todos os limites que conhecíamos até à data naquela região. Israel iniciou uma incursão terrestre no sul do Líbano recentemente, como é sabido; as atitudes tomadas, como a hostilidade do Governo israelita face às Nações Unidas e, particularmente, face ao seu Secretário-Geral, já são, neste momento, absolutamente inacreditáveis.

Se não, veja-se: o Ministro dos Negócios Estrangeiros israelita declarou o Secretário-Geral das Nações Unidas *persona non grata* naquele território e, depois disto, no passado dia 13 de outubro, o Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, escalou mesmo esta hostilidade às Nações Unidas, intimando-as a retirar de imediato a sua missão de paz estacionada no sul do Líbano.

Não satisfeito com estas declarações, que, já por si, seriam — ou são — gravíssimas, resolveu, nessa mesma madrugada, atacar a própria base da UNIFIL (United Nations Interim In Lebanon) no Líbano, invadindo as suas instalações — portanto, toda esta história é, de facto, conhecida.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Sr. Primeiro-Ministro, a questão que lhe colocamos — depois da sua intervenção inicial, referindo que Portugal preconiza a solução dos dois Estados —, a pergunta que é absolutamente essencial fazer neste momento é: quando é que Portugal vai reconhecer o Estado da Palestina?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh!...

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, ninguém compreende que se preconize a solução dos dois Estados mas apenas reconheçamos um Estado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nem o Bloco de Esquerda diria melhor!

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, já há quatro meses, aqui, lhe lembrei: a situação já não é de crise humanitária; é, de facto, uma crise da humanidade. É absolutamente inaceitável o que está a acontecer, e Portugal tem uma palavra a dar, até pela consideração que, a nível internacional, colhemos junto dos diversos países das Nações Unidas.

Defendemos o direito internacional; evidentemente que temos de estar do lado das Nações Unidas, e Portugal tem de ter uma posição firme nesta matéria.

Sr. Primeiro-Ministro, condenou as palavras que têm sido dirigidas ao Secretário-Geral das Nações Unidas, mas a verdade é que, recentemente, a relatora especial da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre a Situação dos Direitos Humanos no Território Palestino Ocupado, Francesca Albanese, esteve no nosso País e,

tanto quanto é do nosso conhecimento, tendo pedido um encontro com o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, não foi recebida. Esperamos que, evidentemente, este não seja um sinal de que Portugal também começa a claudicar no que diz respeito às Nações Unidas.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — O Primeiro-Ministro já respondeu a isso!

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, concluo, pedindo uma resposta expressa. Já teríamos acompanhado Espanha, Irlanda, Eslovénia, no recente reconhecimento da Palestina; perguntamos quando é que Portugal o fará.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem também a palavra, para fazer perguntas, o Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega, que dispõe de 6 minutos e 30 segundos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a Europa não vive fora dos problemas do mundo, nem lhes é imune. Além da guerra na Ucrânia, que, infelizmente, continua sem fim à vista, o imparável agravamento da crise no Médio Oriente coloca-nos perante um cenário de uma iminente guerra total às portas do nosso continente.

Temos todos a consciência de que as consequências desta escalada serão sentidas muito além da região, em Portugal, na Europa e no mundo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Israel trava hoje uma batalha de vida ou morte contra as forças do obscurantismo religioso e do terror. Os acontecimentos destes meses decidirão se Israel, essencial e histórico parceiro do Ocidente, resiste e floresce ou murcha e cai.

Ora, enquanto Israel sacrifica vidas e meios para travar um combate que também é nosso, enfraquecendo inimigos do ocidente,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — ... como o Irão, aliado da Rússia, e os seus *proxies* terroristas,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E aliado do Bloco de Esquerda!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — ... o Sr. Macron sugere um embargo de armamento, logo seguido pelo Sr. Borrell, que repete esta ignomínia.

A somar a isto, as intervenções do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Dr. Paulo Rangel, assentes numa argumentação de génese ideológica próxima da extrema-esquerda, em nada são tranquilizadoras.

Risos de Deputados do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem! Ora bem! Ora bem!

Aplausos do CH.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — E tudo isto, quando se completa um ano sobre o horror dos atentados de 7 de outubro.

Pode o Sr. Primeiro-Ministro garantir que, neste momento decisivo da vida de Israel, Portugal seguirá o caminho da honra e se posicionará contra esta traição imperdoável?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — É que, o que conduz ao agravamento do conflito é, precisamente, a recusa em apoiar inequivocamente Israel contra o terrorismo bárbaro e covarde. Esse agravamento ameaça as nações da Europa, entre as quais Portugal, com uma nova crise migratória que, aliada a um potencial agravamento do radicalismo islâmico, poderá gerar, por exemplo, um risco acrescido de atentados terroristas, de instabilidade e de segurança.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Por tudo isto, Portugal tem de ter posição firme no que à imigração diz respeito, o que efetivamente não tem acontecido. Nesta matéria, a política do Governo, todos sabemos, é uma espécie de política socialista com uma máscara de Carnaval a tapar-lhe a cara.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

Risos dos Deputados do CH André Ventura e Pedro Pinto.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Agora que a Alemanha, a França e a Itália, entre outros países europeus, endureceram o controlo das suas fronteiras, de forma a parar o fluxo de imigrantes, o que os portugueses precisam de saber, Sr. Primeiro-Ministro, é se, havendo nova crise de refugiados, terá o Primeiro-Ministro de Portugal a coragem de seguir esta tendência e proteger os portugueses da submersão migratória.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Compreende este Governo que Schengen só pode sobreviver com uma reforma profunda, rigoroso controlo de fronteira externa, reforço da FRONTEX (Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira) e combate sem quartel à imigração ilegal e descontrolada? Que leva o Sr. Primeiro-Ministro ao Conselho Europeu sobre esta matéria?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado António Pinto Pereira. Faça favor, dispõe de 3 minutos e 5 segundos.

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Quando amanhã estiver a iniciar-se a próxima reunião do Conselho Europeu, a guerra na Ucrânia já contará com 966 dias. Serão 966 dias do maior conflito armado travado em solo europeu desde 1945. Serão 966 dias de destruição ímpar e de perdas humanas que se contam nas, já, muitas centenas de milhares.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A Bósnia não é na Europa...!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É, a Bósnia deve ser em África!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Portugal e a Europa têm sido firmes na solidariedade para com o povo ucraniano, face à bárbara agressão militar russa, violadora das mais elementares regras do direito internacional.

Aplausos do CH.

Mas, as circunstâncias e os desafios destes últimos dois anos têm igualmente revelado as vulnerabilidades do ocidente. Alcançadas largas décadas de paz, fruto do sucesso da grande empresa europeia, fizeram as

lideranças do velho continente esquecer uma verdade perene: que só há paz pela força das armas. Esta é uma lição da história às chefias políticas de todos os tempos e é-o, cada vez mais, aos líderes de hoje.

Sr. Primeiro-Ministro, nos temas a abordar pelo próximo Conselho Europeu, nos próximos dias, está a Agenda Estratégica 2024-2029 da União Europeia. Entre os seus objetivos, está o investimento nas capacidades da União Europeia em matéria de defesa. Trata-se de uma vontade inteiramente salutar.

A impreparação dos Estados europeus para um conflito de larga escala ficou bem evidenciada na Ucrânia, com dificuldades fundamentais de fornecimento de armamento. Veja-se o caso dos ataques constantes na entrega de artilharia a Kiev, a pôr em evidência, além de toda a dúvida, a exiguidade e obsolescência dos nossos aparelhos industriais de defesa.

Compreende este Governo que é aí, no renascimento das indústrias europeias de defesa e na criação de sinergias entre instituições científicas, e não num simples anúncio de metas orçamentais, que se decide a segurança da Europa? Que ideias apresentará Portugal a este respeito?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para fazer perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 4 minutos. Faça favor.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, começo, obviamente, por desejar boa sorte para a reunião do Conselho Europeu, sobretudo na defesa dos interesses de Portugal, na defesa da democracia e da liberdade.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Vivemos um desafio global, que designo como um conflito entre democracias e o eixo das tiranias; um conflito que se combate não só no campo militar, mas no campo diplomático e no campo da economia.

Começo por me referir à carta que o Sr. Primeiro-Ministro enviou à Sr.^a Presidente da Comissão Europeia, porque também, de forma indireta, fez referência a essa carta.

Há um grande problema nesta carta que é, infelizmente, nem todos os grupos parlamentares se reverem nesta visão. Acho que esta é uma visão positiva, em prol do projeto europeu e, felizmente, a maioria, não só dos partidos, mas do povo português, revê-se nesta visão e nos objetivos que ela apresenta.

Contudo, é uma carta que tem alguns riscos ou limitações, nomeadamente no penúltimo parágrafo, quando o Sr. Primeiro-Ministro — e também se referiu a isso na sua intervenção inicial — se refere à necessidade de novos recursos financeiros, ou seja, de mais orçamento e, até, da constituição de mais dívida comum.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — E é aqui que começam os problemas, porque mais orçamento da União Europeia, ou mais dívida comum, significa, agora ou no futuro, mais impostos, seja a nível nacional, seja a nível europeu.

Portanto, a pergunta que fica aqui, para percebermos aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro vai defender no Conselho Europeu — até porque referiu sobre este tema, na sua intervenção, que queria ter uma participação liderante —, é se o Governo português vai defender a constituição de mais impostos a nível nacional e de mais e novos impostos a nível europeu.

A dívida comum também traz outro problema, porque, quando foi feita, a dívida comum a nível europeu não foi apenas feita pela necessidade do momento, foi porque havia uma impossibilidade de os Estados-Membros continuarem a endividar-se, porque já estavam no limite.

Ora, se, Estado a Estado, já há um limite para o endividamento, daqui a 30 anos também vai haver esse limite para a União Europeia, a não ser que caminemos para uma fase estratosférica, que acho que é impossível. Mas, é possível que isso aconteça, se houver mais crescimento económico.

Aquilo que temos dito para Portugal poder melhorar, aplica-se também à própria União Europeia. Vivemos numa fase em que estamos a ficar para trás relativamente aos Estados Unidos da América e à China. E, já que

nesta reunião do Conselho Europeu vão ter em cima da mesa, para análise, alguns relatórios, quer o relatório Draghi quer o relatório Letta, espero que, de facto, se inspirem neles e percebam que a Europa não pode ficar para trás perante os outros blocos económicos e não pode ficar para trás, sobretudo, nas capacidades para mais crescimento económico.

O Sr. Primeiro-Ministro também disse, e bem, que vai estar na agenda do Conselho Europeu o tema da Ucrânia. Sobre isto e outros temas deste conflito global, o que refiro é: democracias *versus* o eixo das tiranias.

Sobre a Ucrânia, começo, obviamente, por saudar — e o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros esteve presente nessa reunião — a decisão dos ministros dos negócios estrangeiros, incluindo o Sr. Ministro do Reino Unido, de mais sanções ao Irão. É uma decisão que aplaudimos e é um caminho que deve ser seguido. Há, como disse há pouco, para não irmos para a fase das ferramentas militares — que temos, obviamente, de tentar evitar —, ferramentas diplomáticas, quer em âmbito nacional quer em âmbito europeu.

Portanto, deixo aqui quatro perguntas para o Sr. Primeiro-Ministro.

A primeira: nessa defesa intransigente e inequívoca do apoio à Ucrânia, que passos vamos dar, sobretudo para usar o congelamento dos fundos russos para financiar a Ucrânia?

E faço mais três perguntas.

A segunda: para quando o fim dos acordos de extradição que Portugal mantém com a China e com Hong Kong? Somos o único país da União Europeia que mantém estes dois acordos; devemos avançar no sentido de os terminar.

Terceira: está o Governo disponível para, em linha com a proposta da Iniciativa Liberal, incitar o Conselho Europeu a considerar a Guarda Revolucionária Iraniana como uma organização terrorista?

Última: vai o Governo português reconhecer como vencedor ilegítimo o Presidente da Venezuela Edmundo González?

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, dispõe de 3 minutos e 30 segundos para fazer perguntas. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, começou ontem o julgamento do caso BES (Banco Espírito Santo, S.A.) e a figura que o Sr. Primeiro-Ministro indicou para Comissária Europeia, com a pasta de serviços financeiros, foi a Ministra que jurou que o BES não teria impacto nas contas públicas portuguesas, enquanto assinava um cheque de 3,9 mil milhões de euros dos contribuintes.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Bem lembrado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é que é possível?!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi a Ministra que fez a resolução do Banif (Banco Internacional do Funchal, S.A.) e foi trabalhar para fundos de investimento que compravam ativos tóxicos criados durante a crise, com a mesma austeridade que essa Ministra tinha imposto ao País e do mesmo Banif cuja resolução tinha feito.

Risos da IL e do CDS-PP.

E depois ainda conseguiu um lugar na banca internacional, com quem tinha negociado *swaps* ruins para o Estado português.

O Sr. Primeiro-Ministro indicou uma representante da finança internacional para Comissária Europeia e Portugal tem agora esta mancha no seu currículo:...

Protestos de Deputados do PSD e do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês têm as mãos manchadas!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... ter Maria Luís Albuquerque a determinar os destinos da política financeira na Europa.

Aplausos do BE.

Protestos do PSD, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o Costa?!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Primeiro-Ministro, olhamos para a Palestina, para Gaza, para o Líbano e também estamos a ver o estado da Europa. Israel dispara contra civis, homens, mulheres, crianças, jornalistas, membros da ONU, organizações humanitárias.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Veem o que é que os vossos amigos lá estão a fazer?!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Dispara contra tudo o que mexe e não sou eu que o digo, quem o disse foi o jornalista da RTP (Rádio Televisão de Portugal), que teve o carro alvejado por forças israelitas na Cisjordânia. Israel não ataca apenas pessoas, crianças, bebés; Israel ataca o direito internacional.

Aplausos do BE.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Hamas e o Hezbollah não!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O Tribunal Internacional de Justiça declarou ilegal a presença israelita em territórios ocupados, considerou que há um risco real e iminente de genocídio, defendeu que todos os Estados que ratificam a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio devem empregar todos os meios para prevenir o genocídio.

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

Tanto quanto sei, Portugal faz parte do Tribunal Internacional de Justiça, subscreve e defende o direito internacional. O genocídio que muitos negaram, e que alguns ainda negam e não querem ver, é uma evidência. As forças israelitas massacraram mais de 40 000 pessoas — 40 000 pessoas!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nem uma palavra sobre o Hamas e o Hezbollah!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — É inacreditável!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não há registo de tantas crianças mortas em tão pouco tempo, hospitais bombardeados, forças humanitárias, escolas, mesquitas onde se refugiavam palestinianos indefesos!

Protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, peço desculpa pela interrupção.

Srs. Deputados, primeiro, peço que evitem conversas a dois que, no conjunto, perturbam a qualidade da audição e, depois, peço que permitam que a Sr.^a Deputada continue a sua exposição.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Primeiro-Ministro, perante este horror, este massacre...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Hezbollah!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Diga lá «Hamás»! Não consegue!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... e este genocídio do povo palestino em Gaza, a posição de Israel é muito simples: se o direito internacional é um obstáculo...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Diga lá «Hamás», a ver se é capaz?! Não é, claro!

... à sua política de expansão e de extermínio, então Israel extermina o direito internacional. É isso que Israel está a fazer.

Aplausos do BE.

Quando Israel ataca António Guterres, o secretário-geral da ONU, e o declara *persona non grata*, porque está a defender os direitos humanos no mundo, porque está a defender o direito internacional,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não está, não!

Vozes do PS: — Não está?!

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Está a defender o quê?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Está a ser parcial!

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Disparate!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... a União Europeia...

Protestos do PS e contraprotestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Pausa.

O Sr. **Presidente:** — Peço aos serviços para parar a contagem do tempo, se faz favor.

Protestos do PS e contraprotestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Srs. Deputados, relembro que, segundo o Regimento, as interrupções são «vozes de concordância, discordância, ou análogas», não são mais do que isso. Portanto, é bom que os Srs. Deputados o respeitem: há vozes de concordância ou discordância, pode-se dizer «concordo» ou «não concordo», não é mais do que isso.

Pausa.

Protestos do PS e contraprotestos do CDS-PP.

Srs. Deputados...

Pausa.

Protestos do PS e contraprotestos do CDS-PP.

Srs. Deputados, podemos continuar? Podemos continuar?
Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, faça o favor de continuar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Primeiro-Ministro, a União Europeia tem um acordo de associação com Israel que, no seu artigo 2.º, diz que deve haver respeito pelos direitos humanos. É o mesmo respeito pelos direitos humanos que Israel está a violar. Há vários governos europeus que já pediram a suspensão desse acordo.

Protestos do CDS-PP.

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Aquela metade do CDS está muito excitada!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A minha pergunta é simples: Portugal vai ser cúmplice de um governo genocida ou vai defender o direito internacional e exigir o fim do Acordo de Associação entre a União Europeia e Israel?

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para fazer as suas perguntas ao Governo, a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

Dispõe de 3 minutos. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a primeira questão que lhe queria colocar é: porque é que o Governo não se junta à maioria dos países, de todos os continentes, que reconhecem o Estado da Palestina?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por causa dos terroristas!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por causa da Rússia!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — O País não tem de estar atrelado à cumplicidade dos Estados Unidos da América ou da União Europeia com a barbárie de Israel contra o povo palestino.

São mais de 40 000 mortos, muitos milhares de crianças, quase 100 000 feridos. Mais de 1 milhão e 700 mil pessoas obrigadas a sair das suas casas e a deslocar-se na faixa de Gaza.

São precisos mais mortes, mais sofrimento, mais destruição, para que a União Europeia condene o genocídio do povo palestino às mãos de Israel?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E da Rússia à Ucrânia?! Isso não interessa?!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Oiçam, oiçam!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — O Tribunal Internacional de Justiça da ONU denunciou a política de ocupação e de colonização por parte de Israel contra o povo palestino. É desta que Portugal vai defender a suspensão do Acordo de Associação da União Europeia com Israel?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É que prossegue a escalada de guerra, que Israel alastrou ao Líbano e em que pretende envolver todo o Médio Oriente.

O Governo vai defender, no Conselho Europeu, a adoção de medidas para travar a escalada de guerra que Israel promove no Médio Oriente?

O que se exige é o cessar-fogo imediato, o urgente apoio humanitário às populações, o reconhecimento do Estado da Palestina, nas fronteiras anteriores a 1967, com capital em Jerusalém Leste, e o direito ao retorno dos refugiados, como determinam as resoluções das Nações Unidas.

O que é preciso é um caminho para a paz no Médio Oriente, na Ucrânia e em todo o mundo, mas a paz não se alcança com mais militarismo e com mais escalada armamentista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a invasão da Rússia à Ucrânia? Ah, isso não interessa!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Alcança-se com diplomacia e negociação entre todas as partes envolvidas.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

Protestos da IL e do CDS-PP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — A União Europeia pretende acentuar a transferência da riqueza do trabalho para o capital, para favorecer as multinacionais, aumentar os desequilíbrios entre as grandes potências europeias e outros países, para aprofundar o militarismo.

É nesta estratégia que se insere o designado relatório Draghi. Em vez de soluções para a melhoria dos salários, das pensões, a garantia dos direitos laborais e sociais, para apoiar as MPME (micro, pequenas e médias empresas), os setores produtivos, em nome da dita competitividade o que se pretende é privatizar a segurança social, prosseguir uma estratégia para criar grandes grupos monopolistas nas telecomunicações,...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Hamas!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): —... na energia, na produção de equipamento militar, e promover o negócio da doença e os lucros das multinacionais farmacêuticas, pondo os povos a suportar os 800 000 milhões de euros anuais para uma política ao serviço dos interesses do capital.

Sr. Presidente, para terminar,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Fala da Rússia!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... não posso deixar de fazer esta referência: foi com grande perplexidade que os Deputados da Assembleia da República tomaram conhecimento do Plano Orçamental Estrutural Nacional de Médio Prazo, depois de o Governo o ter enviado para Bruxelas. É inaceitável que as decisões orçamentais fundamentais não sejam tomadas em Portugal, mas sim pela União Europeia; é que abdicar da soberania orçamental é trair os interesses do povo e do País.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para fazer as suas perguntas, o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre. Dispõe de 3 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Caros Concidadãos, à entrada deste Conselho Europeu, num momento crítico por que a humanidade está a passar, se os chefes de Governo têm a mesma humanidade que a todos assiste — e todos queremos acreditar que sim —, o tema da carnificina a que estamos a assistir no Médio Oriente não pode deixar de ser aquele que mais move as consciências.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é que começou?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Da mesma maneira que qualquer morte de qualquer criança ucraniana sob as bombas de Vladimir Putin nos choca e nos move à ação, da mesma forma que uma criança atacada em Israel, no dia 7 de outubro do ano passado, pelo Hamas,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ah! Finalmente, alguém!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... nos move à ação e à condenação imediata — como aqui o fizemos, logo nos dias seguintes —, não podemos deixar de estar sempre do lado das crianças, neste caso palestinianas, e sempre contra o lado das bombas que as vitimam.

Portanto, impõe-se que, no Conselho Europeu, as medidas sejam claras, para que um Governo que está, neste momento, refém dos extremistas de direita em Israel perceba que não é pelos factos consumados, não é pela terra queimada, que a solução dos dois Estados, a solução do lado da qual nós estamos, será esvaziada.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É preciso um embargo total de armas, neste momento. É preciso não piorar a situação, que já está, neste momento, crítica, brutal e desumana. É preciso clarificar que o acordo de associação com Israel será completamente esvaziado e, portanto, será considerado, do lado europeu, unilateralmente rescindido, caso estas violações de direitos humanos continuem.

É preciso criar um grupo de trabalho imediato,...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Outro grupo de trabalho?!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Já chega de grupos!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... ao menos isto. Já que não querem passar para o reconhecimento imediato da independência da Palestina, pelo menos, e como o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiro já admitiu, é preciso criar um grupo, e anunciar a criação desse grupo, para o reconhecimento da Palestina.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares e contraprotestos da Deputada do PS Alexandra Leitão.

Sr. Primeiro-Ministro, é também necessário que, no quadro do Conselho Europeu, este fundo de investimentos a ser criado para o crescimento da economia europeia, tenha uma origem muito clara.

Dizia, há pouco, o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva que a capacidade de endividamento dos Estados-Membros está no limite e que a da União Europeia não pode crescer mais.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — A da União Europeia pode crescer muito mais! Numa emissão recente de dívida a título europeu, houve sete vezes mais procura do que oferta. Na outra, houve 16 vezes mais...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mais! Mais! Mais!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... procura do que oferta.

Aquilo que se pretende, que é aumentar seis vezes a capacidade orçamental da União — comparando o quadro financeiro plurianual com aquilo que o Sr. Draghi propõe —, é, basicamente, a criação de *eurobonds*.

É preciso que o Governo português seja claro no início destas negociações: não é possível criar um instrumento financeiro deste tamanho, que é extremamente necessário para a União Europeia, sem emissão de dívida conjunta.

Protestos da IL.

Para terminar, Sr. Primeiro-Ministro, como é possível que a Sr.^a Comissária designada, Maria Luísa Albuquerque, se tenha negado a vir à Assembleia da República, à Comissão de Assuntos Europeus?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para fazer perguntas ao Governo, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

Dispõe de 2 minutos e 30 segundos. Faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, em primeiro lugar, duas palavras muito claras: uma de apoio à Ucrânia contra a invasão, ou ocupação, e a guerra que a Rússia promoveu no seu território, e outra relativamente ao direito de Israel se defender.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

É muito importante que reconheçamos que aqueles que, democraticamente, estão organizados como Estado, tenham direito a defender-se de ameaças terroristas.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Direito ao genocídio, direito a matar crianças!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Uma solução de dois Estados implica dois Estados livres. Um Estado que está capturado por terroristas não é um Estado livre, em condições de ser reconhecido.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Faça essa crítica a Israel!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O que queremos é exatamente que esse caminho seja feito.

Aplausos do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, relativamente ao Conselho Europeu, ao contexto, neste momento, de um novo ciclo nas instituições europeias, à carta que V. Ex.^a enviou e às prioridades de Portugal, há algumas questões concretas muito importantes.

A primeira é relativa a princípios fundamentais do projeto europeu que não podem nunca ser postos em causa, designadamente, dois princípios que, para Portugal, são muito importantes: coesão e subsidiariedade. Coesão, porque o projeto europeu só resiste se houver esse objetivo comum; e subsidiariedade, porque é muito importante que continuemos a decidir a nível nacional aquilo que pode ser decidido a nível nacional e, ainda mais importante, no que diz respeito à coesão, que se possa decidir localmente aquilo que localmente possa ser decidido. Havendo alguma pressão para que se centralize a decisão, quer em termos europeus quer em termos nacionais, é muito importante constatar que Portugal está exatamente do lado contrário, na lógica da subsidiariedade, que é uma das bases do projeto europeu.

Depois, os desafios: competitividade e o relatório Draghi. É muito importante que Portugal, num processo de recuperação de autonomia europeia, de reindustrialização, saiba posicionar-se para aproveitar este ciclo e para captar investimento no contexto europeu.

Gostaria ainda de referir a questão do aumento do investimento na defesa e da importância de Portugal ter, também aí, um papel na recuperação ou, neste caso, até na conquista, por parte da Europa, de relevância nesta matéria.

Por fim, refiro duas questões também muito importantes para Portugal: a reforma da PAC (política agrícola comum) e o mar.

É importante que Portugal tenha, nesta questão também, uma palavra forte, por exemplo, relativamente à PAC para as novas gerações de agricultores e a nova geração de agricultura. É importante reformar a PAC exatamente com esse horizonte e não a olhar para o passado.

Eram estes pontos que gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro, se pudesse...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para fazer as suas perguntas, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 1 minuto e 30 segundos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados, de facto, a guerra e o conflito israelo-palestino não podem passar à margem do próximo Conselho Europeu. Ao contrário do que aqui ouvimos ainda recentemente, o ato terrorista do Hamas, de há um ano, não pode justificar o genocídio que Israel tem cometido contra o povo da Palestina.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas qual genocídio?!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — É manifestamente desproporcional e estamos perante um atentado grosseiro aos direitos humanos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O atentado foi na altura!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Primeiro-Ministro, saudamos o facto de se ter posicionado ao lado de António Guterres. Apesar de o Secretário-Geral da ONU ter sido declarado *persona non grata* por Israel, parece-nos que Portugal esteve do lado certo da história ao criticar essa declaração e ao apoiar os esforços que têm sido feitos para um cessar-fogo na região.

No entanto, entendemos que o Governo português precisa de ir mais longe. Neste momento, temos ainda portugueses que estão no território e que continuam presos em Gaza. O Conselho Europeu surge como uma oportunidade ideal para fazer uma antecipação da possível retirada de nacionais de vários Estados-Membros, como é o caso de Portugal. Na altura, foram retiradas da Faixa de Gaza cerca de 14 pessoas com ligação a Portugal, mas para trás ficaram 143 familiares.

Tendo em conta este contexto, que já é do conhecimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, queremos perceber, por um lado, o que é que vai ser feito para ajudar estas pessoas e, por outro, o que é que o Governo vai fazer não só para que a ajuda humanitária seja robustecida e para que chegue a crianças e civis — não podemos continuar a ter vítimas inocentes a serem atacadas por Israel e a não terem qualquer tipo de ajuda —, mas também para que haja sanções para o que Israel está, neste momento, a fazer, que é o extermínio do povo palestiniano.

Entendemos que, além do esforço da concertação da paz, Portugal também tem de ter uma palavra em relação ao reconhecimento da Palestina enquanto Estado — aliás, à solução dos dois Estados, que já temos defendido — e que não podemos continuar a assobiar para o lado perante aquilo que se está a passar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem agora disponíveis 40 minutos para poder responder a todos os Srs. Deputados. Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero começar por agradecer todas as questões, reflexões, sugestões, posições que foram aqui avançadas por todos os intervenientes e foram 12 — a Sr.^a Deputada Regina Barros, o Sr. Deputado Ricardo Carvalho, os Srs. Deputados Manuel Pizarro e João Paulo Rebelo, os Srs. Deputados Ricardo Dias Pinto, António Pinto Pereira, Rodrigo Saraiva, Mariana Mortágua, Paula Santos, Rui Tavares, João Almeida e Inês de Sousa Real.

Há várias questões que são comuns, portanto, gostaria de pedir a vossa compreensão para que, quando me debruçar sobre alguma questão concreta sobre determinado assunto que possa ter sido também abordado por outra Sr.^a Deputada ou Sr. Deputado, sentissem que a resposta era uma resposta comum.

Relativamente ao conflito na Ucrânia, primeiro ponto —, alguns dos Srs. Deputados colocaram essa questão já não com a intensidade com que o fizeram em debates anteriores, mas percebe-se porquê, pois hoje privilegiaram uma outra zona de conflito igualmente importante —, quero dizer-vos o seguinte: continuamos na linha da frente, quer no âmbito da União Europeia, quer no âmbito da NATO (North Atlantic Treaty Organization), como parceiro ativo para uma colaboração com as autoridades de Kiev, na sua luta incessante pelo reconhecimento de uma agressão que é absolutamente ilegítima e, portanto, pelo seu direito à defesa.

No âmbito da nossa participação, a Sr.^a Deputada Regina Bastos abordou esse tema e o acordo que, no passado mês de maio, celebrámos com a Ucrânia durante a presença do Presidente Zelenskyy em Portugal, quero dizer-lhe que os objetivos desse acordo já foram largamente ultrapassados por novos compromissos que assumimos, nomeadamente no âmbito da cimeira que marcou os 75 anos da NATO.

Efetivamente, para este ano de 2024, o volume de apoio militar e humanitário de Portugal não ascende aos 126 milhões de euros que estavam, e estão, plasmados no acordo bilateral. Vamos terminar o ano de 2024 com cerca de 221 milhões de euros de apoio,...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

... que vamos, aliás, manter nos próximos anos se a situação continuar a justificá-lo.

Dentro dessa linha de apoio, quero aqui partilhar convosco que, obviamente, temos de estar à altura também do tempo que vivemos. O apoio não é um apoio sem mais, neste sentido: se o esforço que nós estamos a fazer do ponto de vista financeiro é elevado, independentemente de sempre estar como prioritária a defesa dos direitos humanos, da democracia e do direito internacional, também não vamos dar a outros Estados a possibilidade de usufruírem, efetivamente, do esforço que estamos a fazer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Por isso, queremos consumir uma grande parte deste apoio também na dinamização das nossas indústrias de defesa, questão que também foi colocada noutras intervenções.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Queremos que as nossas indústrias de defesa possam contribuir com a sua produção — seja de material bélico, de armamento, o que é inevitável, numa guerra, seja de material complementar; por exemplo, no caso da nossa indústria têxtil, abre-se aqui uma grande oportunidade para o fabrico de equipamentos — para, por essa via, ao mesmo tempo que o Estado está a fazer um esforço financeiro, a nossa economia poder também tirar proveito daquilo que é uma realidade que não podemos ignorar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Relativamente à questão do Médio Oriente, já tive ocasião, na intervenção inicial, de deixar o essencial do nosso posicionamento, que é conhecido. Mas, permitam-me dizer-vos o seguinte: quando somos aqui atacados de forma tão veemente sobre a nossa posição pela extrema-direita e, ao mesmo tempo, pela extrema-esquerda, isso significa que nós estamos no centro, estamos na moderação. Nem estamos num extremo nem estamos no outro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do CH.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A ONU também está na extrema-esquerda!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Estão em cima do muro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Esse é um primeiro grande sinal do equilíbrio da posição portuguesa que — e quero, de resto, aqui sublinhar — não é de agora. Uma das minhas primeiras declarações sobre a política externa, nomeadamente sobre este conflito no Médio Oriente, foi para dizer que estávamos a seguir a linha que vinha dos Governos anteriores. Por isso, até fico um bocadinho estupefacto com, por exemplo, o Partido Socialista, mas também o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda, que foram cúmplices da governação entre 2015 e 2022.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora é o PS! É igual!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Aliás, foram cúmplices e parte ativa. Isto porque todo este voluntarismo que agora colocam na intervenção, na interpelação que fazem ao Governo, nunca o vimos com esta veemência durante esses anos. E já havia conflito no Médio Oriente, já havia tensão e já havia tentativa de reconhecimento do Estado palestino.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não esteve cá!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ao Partido Socialista, ao Bloco de Esquerda, ao Partido Comunista, direi que seguimos a linha dos Governos anteriores, mas já aditivámos aquela que é a posição de Portugal, de acordo com as circunstâncias.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Volto a dizer: não esteve cá!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Porque, para além de nos mantermos defensores da solução de dois Estados,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Hamas não é um Estado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... defensores daquilo que a Sr.^a Deputada Paula Santos, há pouco, começou por dizer — ela ia bem encaminhada; depois, enfim, fez uma deriva! —, ou seja, que era preciso valorizar a paz, era preciso valorizar a negociação, que era essa a via, era esse o caminho, além disso, já sob a égide deste Governo, na Assembleia Geral das Nações Unidas votámos favoravelmente o reconhecimento da Palestina como membro de pleno direito das Nações Unidas. Esse não é um passo de somenos, é um passo importante na afirmação de uma solução equilibrada.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Portanto, às várias questões que nos colocaram sobre o que faremos relativamente a processos de reconhecimento bilateral, devo aqui reafirmar a posição do atual Governo, que foi a posição dos anteriores Governos, naturalmente num quadro de partilha institucional a nível da União Europeia também. Já o disse aqui. Já dissemos ao Sr. Deputado Rui Tavares, que abordou esse tema, que, sim, a União Europeia pode ter um grupo de trabalho...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Portugal!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que prepare um posicionamento comum de todos os Estados-Membros da União Europeia, e em que o caminho possa ser no sentido de sermos uma parte ativa da construção de uma solução diplomática que passe pelo reconhecimento dos dois Estados.

Esse equilíbrio vamos mantê-lo, evidentemente condenando todos os atropelos aos direitos humanos, venham eles do lado de Israel, do lado do Hamas, do lado do Hezbollah ou do lado do Irão.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Porque alguns daqueles que reclamaram aqui uma posição tão firme relativamente a Israel, não tiveram, nem têm, uma posição firme relativamente aos ataques terroristas — que são terroristas! — do Irão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Seja sério!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Isso é mentira!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Já agora, por falar em ter equilíbrio nas posições, deixem-me também dizer-vos — porque algumas intervenções focaram o tema, ainda que ao de leve — que, relativamente à situação na Venezuela, nós, Governo de Portugal, conciliando aquilo que é hoje uma indefinição relativamente ao resultado eleitoral, que não está formalmente declarado,...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — *What?!...*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... tivemos a ocasião de estar reunidos, ainda na semana passada, com o candidato da oposição, e putativo vencedor dessas eleições, tendo expressado que acompanharemos todos os esforços para que haja uma transição que possa ter na sua base o respeito intrínseco pela vontade popular do povo venezuelano.

Portanto, o Governo português não é daqueles que reconhece o resultado eleitoral, que mantém no poder o Presidente Nicolás Maduro; é daqueles que olha para a Venezuela sem esquecer o interesse e a obrigação que temos de preservar a segurança dos nossos compatriotas, que são centenas de milhares, que vivem naquele país.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Também aí, no âmbito da União Europeia, estamos a acompanhar, para não dizer mesmo a liderar, um processo de contribuição ativa para que possa haver, efetivamente, o respeito pela vontade genuína do povo, com base num processo que se quer pacífico, sem derramamento de sangue, e constituir a nova orgânica política do país, para que possamos todos, incluindo Portugal, reanimar as nossas relações bilaterais com um povo que não merece o Governo que tem tido.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sobre as questões de financiamento da União Europeia, deixem-me dizer-vos que na carta que enviei oportunamente à Presidente da Comissão Europeia, o posicionamento do Governo — e nós não temos dúvidas — é de que é preciso aumentar a capacidade financeira comum no âmbito da União Europeia, isto se quisermos, efetivamente, atender às várias preocupações e às várias instâncias para atuarmos no domínio do reforço da competitividade que está presente quer nos relatórios Letta e Draghi, quer em muitas das intervenções dos chefes de Estado e de Governo da União Europeia e também em muitos dos protagonistas dos partidos que lideram as oposições em todos os Estados-Membros.

Para isso, há três vias que nós defendemos.

Primeiro, a via das contribuições dos Estados-Membros. É verdade, temos de assumir que a contribuição geral que os Estados-Membros dão para o orçamento da União é muito pequena. Estamos a falar de cerca de 1 % do produto da União, o que é incomparável com o que acontece, por exemplo, nos Estados Unidos. É evidente que a situação política, a organização da União Europeia não é a organização federal americana, mas estamos a comparar 1 % com 26 %. Estamos a comparar uma realidade que, para quem quer ser competitivo, para quem quer ir para os mercados internacionais ombrear com a capacidade económica das empresas americanas, das economias que confrontam connosco no mercado global, temos de ter este primeiro reconhecimento. Foi isso que eu disse à Sr.^a Presidente da Comissão Europeia.

Mas disse mais, disse que os modelos de financiamento devem ter duas novas áreas para serem desenvolvidas, nomeadamente um modelo de financiamento comum com assunção da dívida de responsabilidade mútua. É verdade, para conseguirmos este volume de investimento temos de assumir, de forma mútua, a capacidade de recorrer a financiamento em termos dos Estados, dos próprios Estados.

Isso significa encargos para todos?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Com certeza!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Com certeza, mas deixem-me dizer-vos que se há Estado-Membro que pode tirar proveito disso é um Estado-Membro como Portugal, que terá condições de financiamento, numa perspetiva global, muito mais favoráveis do que se o fizer de forma individualizada.

Dentro ainda destas possibilidades de reforço das formas de financiamento da União, somos defensores da criação de condições para que haja também acesso a financiamento privado. E fico, enfim, descrente, mas ao mesmo tempo impelido a ser parte ativa do que possa ser uma evolução positiva, face à situação que encontrei em 2024 e que tinha vivido nessas bancadas em 2013, 2014 e 2015.

Refiro-me à união do mercado de capitais, o mercado de capitais comum, a união bancária, que ainda não estão concretizados, 10 anos depois! E 10 anos depois, em que sabemos quem teve responsabilidades governativas em cada um dos Estados-Membros e quem teve o poder de participar nas instâncias europeias para mudar este estado de coisas. É, de facto, frustrante!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Até por isso, ao invés de ver, como vi, nomeadamente na intervenção da Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, falta de *fair-play* democrático, falta de respeito pelo exercício de funções públicas de adversários políticos e da defesa do interesse nacional, também fico admirado que ninguém tenha enfatizado a circunstância de o Governo português ter proposto uma personalidade para fazer parte do Colégio de Comissários que teve o reconhecimento de ficar com a tutela da área dos Serviços Financeiros e União de Poupança e Investimento,...

Protestos do BE.

... uma matéria que é crucial, repito, é crucial para o financiamento,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do BE.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... para a competitividade da economia e, por via disso, para garantir o Estado social europeu, a manutenção dos serviços públicos.

Risos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

Os Srs. Deputados que desdenham desta escolha,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Agora disse a verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... daqui a algum tempo poderão fazer uma avaliação da importância deste portfólio, da importância desta grande responsabilidade que temos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A gente viu o relatório!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o António Costa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Já agora, voltando àquilo que foi um caminho comum, é importante que depois façamos o exercício para ver as vantagens que tirámos nos últimos cinco anos com a nossa presença na Comissão e que as Sr.^{as} e Srs. Deputados, nessa altura, apoiavam com entusiasmo.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não estava cá!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Dentro desta linha de necessidade, quero também dizer que, no âmbito da União, temos de ter capacidade e cada um de nós contribuir para diversificar e dinamizar as fontes de financiamento para podermos ter os instrumentos financeiros que possam ser uma alavanca para as nossas economias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há uma coisa que quero aqui prometer aos portugueses, por via dos seus máximos representantes, que são os Deputados na Assembleia da República: nós aproveitaremos as linhas de financiamento que estiverem à nossa disposição não para compensar a falta de investimento público, que foi aquilo que aconteceu na linha que está hoje em execução, mas para dar às empresas portuguesas, à economia portuguesa, a possibilidade de terem uma atividade competitiva e que é, do ponto de vista da lealdade concorrencial, justa no mercado interno e também no comércio internacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quero dizer ainda — porque há pouco me esqueci —, a propósito da questão do Médio Oriente, ainda os ataques,...

O Sr. **José Moura Soares** (BE): — Foram ataques mesmo?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... ou as operações no Líbano se estavam a anunciar, que tive ocasião de dizer na Assembleia Geral das Nações Unidas aquilo que era importante dizer, que era registar os excessos de ambos os lados.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Era uma operação militar especial!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E, dentro desses excessos, o Governo português também teve o ensejo de ser o primeiro Governo a nível internacional a condenar Israel pelas declarações que proferiu a propósito do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, quando nos instam a sermos diligentes, sinceramente, nós não temos sido outra coisa que não isso mesmo.

Até relativamente à utilização do nosso espaço aéreo e marítimo para a comercialização de armamento temos tido posições que nenhum outro Governo antes de nós tinha tido.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vá ver o registo das votações do seu partido!

Protestos do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros Paulo Rangel.

Por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, mais uma vez vos digo: entre o extremo de uma opinião e o extremo de outra opinião, nós mantemo-nos muito firmes, muito determinados, numa situação de equilíbrio.

Equilíbrio, já agora, que também é a nossa palavra-chave, o nosso nome de meio na questão da imigração. É mesmo equilíbrio. Nem são as portas escancaradas, nem são as portas fechadas. É a regulamentação. Repito, é a regulamentação.

Hoje tenho a oportunidade de vos comunicar que, depois das decisões que tomámos nesse âmbito, em Portugal, numa perspetiva que é muito similar àquela que hoje acontece na União Europeia — embora cada Estado-Membro tenha a sua própria específica realidade, e a nossa não é exatamente igual a outras que existem, com Estados-Membros que têm fronteiras com muito mais pressão do que a nossa sobre a imigração, que muitas vezes nem sequer é imigração económica, mas uma imigração de guerra, de pessoas que estão a fugir a teatros de insegurança total —, mas, dizia, sobre aquilo que se passa em Portugal, quero deixar-vos aqui nota de que, desde que acabámos com o instrumento da manifestação de interesse, diminuíram 80 % os pedidos relativamente àquilo que era a situação anterior.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E não esquecendo todos os processos que estavam pendentes, que eram cerca de 400 000, nós já reforçámos a capacidade dos serviços, que hoje passou de cerca de 1000 atendimentos diários para cerca de 2500 atendimentos diários.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Daqui a uns anos talvez esteja resolvido!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Qual é o objetivo? É privilegiar uma boa integração, um bom acolhimento, a dignificação das pessoas que vêm ajudar Portugal — que é assim que nós as vemos — e, portanto, fazer tudo para que isto não esteja propriamente desregulado de forma a privilegiar o aproveitamento de redes internacionais de tráfico de seres humanos e de aproveitamento da capacidade de trabalho das pessoas.

A regulamentação favorece a dignificação das pessoas e também favorece a adequação das atividades profissionais que são procuradas no nosso mercado de trabalho com as necessidades da nossa economia.

Nós continuaremos a agir exatamente nessa linha, que é uma linha que, aliás, defendemos que possa ser também reforçada no âmbito da União Europeia, no âmbito também da regulamentação, no âmbito de privilegiarmos, por exemplo, o agrupamento familiar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É, de facto, uma posição onde nós queríamos inclusivamente que a União Europeia pudesse ir mais longe.

Mas, como temos uma margem de manobra interna, no que diz respeito às políticas do Estado português continuaremos a privilegiar a migração de famílias inteiras que se possam fixar em Portugal, que possam ter elementos do seu agregado na vida ativa, a trabalhar e outros a estudar nas nossas escolas, de modo a poderem ter uma integração plena, adquirir a nossa cultura, adquirir o conhecimento da nossa língua e aquilo que serão as bases para se qualificarem e estarem ao serviço da nossa comunidade no futuro.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em conclusão, Sr.^{as} e Srs. Deputados, apesar das várias divergências, creio que posso interpretar as intervenções que aqui deixaram e a representatividade de cada grupo parlamentar, porque isso também é importante.

Com base nisso, quero dizer-vos que, não sendo consensual, não tenho dúvidas de que as bases da posição do Governo português a reafirmar no âmbito do Conselho Europeu são acompanhadas por aquilo que é a representação maioritária do povo português nesta Câmara, evidentemente com uma ou outra questão onde um ou outro partido quer ir mais além numa ou noutra matéria, mas acompanhadas no que é essencial: a defesa dos valores da paz, da democracia e dos direitos humanos.

Objetivo: esta centralidade política no reforço da competitividade da nossa economia, no reforço da nossa indústria, no reforço do nosso setor primário. Sr. Deputado João Pinho de Almeida, sim, o setor primário é fundamental, a agricultura e as pescas são fundamentais a nível europeu, como são fundamentais a nível interno de Portugal. Nós temos todos a obrigação de aprender com os erros do passado e de concluir que a Europa deve ter mais autonomia e soberania alimentar, tal como Portugal deve ter, face ao exterior,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e concluir que posições de fanatismo não favorecem a competitividade da economia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Temos de saber calibrar o apoio à gestão das alterações climáticas, à proteção do ambiente, com a necessidade de termos produção interna que seja competitiva no mercado internacional.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Já aqui disse uma vez e repito hoje: não me conformo, acho que o Governo português não pode conformar-se e o povo português também não, com a circunstância de se exigirem aos agricultores europeus muitas obrigações que não são exigidas nem sequer monitorizadas noutras geografias, e depois importarmos os respetivos produtos a preços inferiores àqueles que nós conseguimos colocar no mercado para cumprir essas regras e com isso perder tudo! Perdemos a capacidade da nossa economia e consumimos produtos que não têm a qualidade e sobre os quais não há a preocupação que nós achamos que deve ser privilegiada.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É uma coisa muito importante!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, para sermos competitivos, para nos concentrarmos em criar riqueza e não estar a falar sempre de pobreza, termino dizendo que criar riqueza para acabar com a pobreza é o desígnio da Europa e é o desígnio de Portugal.

Para o fazermos, teremos de estar na linha da frente dos projetos que temos para podermos ser mais competitivos, ter mais instrumentos de financiamento, ter concorrência leal interna na União Europeia e ter um comércio internacional justo que possa recolocar a Europa como líder nos grandes mercados globais.

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

É esse o esforço que vamos fazer, na agenda que está preparada para este Conselho. E também é isso que vamos fazer, nos próximos anos, nas nossas múltiplas intervenções institucionais, sejam as do Primeiro-Ministro, nas reuniões do Conselho Europeu, sejam as dos ministros setoriais, no âmbito dos conselhos setoriais,

sejam também, já agora, as Sr.^{as} e Srs. Deputados, nos fóruns em que tenham participação, bem como os vossos partidos, no âmbito da representação que têm no Parlamento Europeu.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não conseguia dizer isso sem se rir!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Vou passar a palavra ao Sr. Secretário, que tem uma informação a dar à Câmara.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, apenas para informar a Câmara que participaram nos nossos trabalhos, por videoconferência, os seguintes Srs. Deputados: Olga Freire, Hugo Carneiro e Francisco Sousa Vieira, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, com isto terminamos a nossa sessão.

A próxima sessão plenária decorrerá esta tarde, às 15 horas, e da ordem do dia constam quatro pontos.

No primeiro ponto, teremos a discussão do Projeto de Resolução n.º 298/XVI/1.^a (CDS-PP) — Recomenda o reforço da oferta de cuidados paliativos, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 309/XVI/1.^a (CH) — Altera a Lei n.º 31/2018, de 18 de julho, de forma a reforçar a gestão e organização da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, garantindo a melhoria contínua da qualidade dos cuidados para doentes em fim de vida e 315/XVI/1.^a (L) — Garante que são remuneradas as faltas justificadas para assistência a familiares em cuidados paliativos e com os Projetos de Resolução n.ºs 350/XVI/1.^a (PAN) — Pelo desenvolvimento e melhoria da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, 361/XVI/1.^a (PCP) — Alargamento da resposta pública em cuidados paliativos, 368/XVI/1.^a (L) — Recomenda ao Governo medidas para os profissionais de saúde da área de cuidados paliativos e 377/XVI/1.^a (BE) — Reforço dos cuidados paliativos no Serviço Nacional de Saúde.

O segundo ponto consistirá no debate dos Projetos de Resolução n.ºs 247/XVI/1.^a (IL) — Pelo reconhecimento internacional de Edmundo González Urrutia como vencedor das eleições presidenciais venezuelanas de dia 28 de julho de 2024, 244/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que tome todas as medidas para defender a democracia e o Estado de direito na República Bolivariana da Venezuela, 312/XVI/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que continue a empreender todos os esforços necessários para garantir a segurança da comunidade portuguesa residente na Venezuela, que continue a acompanhar de perto a situação política no país, que desenvolva a necessária atividade diplomática na defesa da transparência democrática e na garantia da integridade do resultado eleitoral que resultou da escolha do povo venezuelano, não reconheça, neste contexto, Nicolás Maduro como vencedor das eleições presidenciais, defenda, juntamente com a União Europeia e a comunidade internacional, o fim das violações de direitos humanos e na perseguição política na Venezuela, 356/XVI/1.^a (PCP) — Respeito pela soberania da República Bolivariana da Venezuela e expressão de solidariedade com o povo venezuelano, 359/XVI/1.^a (BE) — Pelo respeito da vontade do povo venezuelano e dos seus direitos, liberdades e garantias e 369/XVI/1.^a (L) — Em apoio à luta pela democracia e pela integridade eleitoral na Venezuela.

O terceiro ponto consiste na discussão do Projeto de Resolução n.º 263/XVI/1.^a (CH) — Realização de um referendo sobre o estabelecimento de limites máximos para concessão de autorização de residência e sobre o estabelecimento de quotas de imigração.

Finalmente, no quarto ponto, procederemos ao debate dos Projetos de Resolução n.ºs 160/XVI/1.^a (PSD) — Plano de reflorestação do Parque Natural da Serra da Estrela, 324/XVI/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à implementação do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, dando continuidade aos projetos já aprovados e em curso e aos investimentos programados para a região da Serra da Estrela, 349/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que promova o restauro ecológico urgente do Parque Natural da Serra da Estrela, 357/XVI/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo a concretização de medidas de revitalização, reflorestação e renaturalização do Parque Natural da Serra da Estrela, 363/XVI/1.^a (PCP) — Programa de Valorização da Serra da Estrela, 366/XVI/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que desenvolva um Plano de Reflorestação para o Parque Natural da Serra da Estrela e 370/XVI/1.^a (L) — Por um Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela mais ambicioso e por maior conservação da natureza.

Está encerrada a sessão.

Eram 10 horas e 26 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.